



Rio Grande do Sul: Na primeira reunião, patrões oferecem apenas reposição da inflação

A reposição da inflação dos doze meses na data-base da categoria (1º de fevereiro) foi tudo que os representantes das empresas apresentaram como proposta deles na primeira reunião de negociação da campanha salarial, nesta segunda-feira (29). A projeção do Banco Central para o índice é de 2,06%, a confirmar.

O presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias, adianta que não vai convocar assembleia da categoria para discutir este índice, considerado insuficiente. Ele recorda que a proposta aprovada pelos vigilantes e levada à entidade patronal (Sindesp) é a inflação e MAIS 3% de aumento real.

“Ainda é cedo para chamarmos a assembleia, porque na primeira reunião não tivemos o avanço esperado, que eram os 3% em cima da inflação, agora vamos avaliar o que eles apresentaram e fazer uma contraproposta”, disse Dias. “A categoria fique no aguardo, no momento em que tivemos um proposta mais condizente vamos chamar a assembleia para decidirmos juntos”, completou.

Reforma trabalhista

Além disso, os donos das empresas não

demonstraram disposição de avançar na discussão de questões da reforma trabalhista que retiram direitos importantes da categoria. Entre elas, a homologação das rescisões, que pela nova lei não precisa mais ser feita com a supervisão do sindicato, o que pode causar sérios prejuízos aos trabalhadores na hora de rescindir um contrato.

Participaram da reunião na patronal também os presidentes e diretores dos sindicatos dos vigilantes de São Leopoldo e Pelotas e o assessor jurídico do Sindivigilantes, Arthur Dias Filho.

“Há muitos detalhes que precisam ser melhor analisados e discutidos”, ressaltou Marcelo Puccinelli Alves, presidente do sindicato de Pelotas.

“É o momento de nos mantermos unidos e mobilizados, porque estamos vendo muitos retrocessos e a patronal quer colocar toda a reforma trabalhista dentro da nossa convenção”, alertou Moisés Machado, presidente do sindicato de São Leopoldo.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Aos juízes, até auxílio-moradia. Aos vigilantes do TST e TJDFT, nem vale-alimentação

Ao todo, 381 profissionais aguardam o benefício, suspenso desde 1º/1. Profissionais do Ministério do Esporte estão na mesma situação



Enquanto os magistrados do país travam uma “luta”, conforme definição da própria Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), para manter o auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil mensais, uma categoria que presta serviço para o Judiciário tem ficado na penúria. Quase 400 vigilantes estão sem receber o vale-alimentação desde o começo do ano. Eles são contratados das empresas de segurança Multserv e Brasfort,

mas prestam serviço para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Ministério do Esporte.

O benefício, de R\$ 540 para profissionais trabalhando na escala 12x36 e de R\$ 700 para os que cumprem jornada de cinco dias por semana, deveria ter sido pago em 1º de janeiro.

Os órgãos suspenderam o tíquete após o

vencimento da Convenção Coletiva do Trabalho da categoria, em 31 de dezembro de 2017. Mas, de acordo com o diretor de Comunicação e Imprensa do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal (Sindesv-DF), Gilmar Rodrigues, outras instituições do DF entregaram o benefício aos trabalhadores.

“São 20 mil vigilantes em todo o DF, e os outros órgãos repassaram o valor para os seguranças. Todos estão pagando o que está no contrato. Será que eles estão errados, e só a Multserv e a Brasfort estão certas?”, questiona, mostrando que apenas 381 não receberam o auxílio.

O Metrôpolos conversou com um dos vigilantes do Tribunal de Justiça. Ele contou que a família está enfrentando dificuldades com a falta do tíquete. “Tenho vários colegas que estão vendendo televisão, geladeira e até tênis para comprar comida. Estamos passando por um aperto muito grande”, afirma.

O funcionário, pai de dois filhos, garante que procurou a empresa, o sindicato e o TJDFT, mas não teve boas notícias. “O mais difícil é ver meus filhos pedindo o que comer, e não ter”, afirma. “A gente está sem saber o que fazer ou para onde correr”, diz.

Impasse

A Multserv tem 291 seguranças sem tíquete. Desse total, estão lotados 254 no TJDFT e 37 no TST. Segundo explicou, a empresa emitiu cartas a todos os órgãos, pedindo um posicionamento sobre o impasse, após o Tribunal Superior do Trabalho enviar um comunicado afirmando que não repassaria mais o valor. “Grande parte respondeu que não deixaria de pagar, mas os tribunais disseram que só vão desembolsar quando a nova convenção for assinada”, destacou a companhia.

A empresa garante não ter condições de arcar com todos os pagamentos. “Com certeza,

se pudéssemos, não deixaríamos de pagar. Hoje em dia, cada centavo que não é repassado se torna doloroso para o trabalhador. Só temos que lamentar o impasse”, pontuou a Multserv.

Os tribunais de Justiça e do Trabalho confirmam a versão. Ambos relataram ter suspenso o pagamento por falta de convenção coletiva vigente em 2018 e garantiram que, tão logo a nova norma for homologada, o benefício será repassado para a empresa.

Já o Ministério do Esporte informou que o pagamento do vale-alimentação é de responsabilidade da empresa terceirizada, neste caso, a Brasfort. Mesmo assim, assegurou: vai apurar se há atraso e, se forem identificadas irregularidades, adotará as providências cabíveis.

A Brasfort tem 74 vigilantes nas residências dos ministros do TST e 16 nas instalações do Ministério do Esporte. A reportagem ligou diversas vezes para a empresa e foi informada por um funcionário que ninguém falaria sobre o assunto.

Nova convenção

Segundo Gilmar Rodrigues, foram 10 rodadas de negociação com os empresários do Distrito Federal para concluir a nova convenção – mas, até agora, não há acordo.

“Eles querem pagar metade do tíquete em dinheiro e a outra metade em cesta básica, além de alterar o seguro de vida, tirando o fundo compensatório e permitindo que os vigilantes o recebam apenas em caso de morte ou invalidez provocadas por acidente de trabalho. Entre outras maldades da reforma trabalhista”, comenta o sindicalista.

Os trabalhadores marcaram assembleia geral para o próximo sábado (3/2), para definir os rumos da nova convenção.

Auxílio-moradia de juízes

Enquanto os vigilantes lamentam a falta de pagamento do tíquete-alimentação, magistrados de todo o Brasil recebem mensalmente uma parcela de R\$ 4,3 mil a título de auxílio-moradia. O direito é garantido a todos os juizes federais desde 2014, quando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux determinou o pagamento do benefício à categoria. Já no âmbito local, 18 estados concedem a regalia aos togados.

A medida, no entanto, tem sido questionada em tempos recentes. No ano passado, Fux liberou para o plenário da Corte o julgamento da ação a respeito do auxílio-moradia para juizes. Com a medida, a decisão liminar pode ser reformada ou mantida. A pauta ainda não foi incluída para julgamento, mas a expectativa

é de que seja analisada em março.

Em novembro de 2017, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que determina o fim do pagamento do benefício aos magistrados.

Mais recentemente, também causou mal-estar a divulgação do caso do juiz Marcelo Bretas, responsável pelos processos da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro. Casado com uma juíza, ele entrou na Justiça para receber o benefício, proibido nessa situação.

Fonte: Metrôpoles

Empresas escondem informações sobre roubos de R\$ 343 milhões a fortalezas e carros-fortes

Os bandidos chegam pela madrugada. Agem rápido com dezenas de comparsas e veículos, por vezes caminhonetes e até caminhões. Fecham as ruas e isolam a região. Com armas de alto calibre, algumas .50, rendem os seguranças, matam até policiais se julgarem necessário, instalam explosivos numa parede com ajuda de um profissional acostumado a detonar minas no Norte ou no Nordeste. Bum! Uma explosão, ora cirúrgica ora espalhafatosa, abre uma porta ou derruba uma parede inteira. Os ladrões entram e levam milhões em dinheiro vivo guardados dentro de empresas que fazem transporte e armazenagem de valores no país.

Dados das polícias civis, da Federação Nacional

dos Policiais (Fenapef), da área de inteligência da Polícia Federal e de seguradoras levantados pela Revista Congresso em Foco mostram que pelo menos R\$ 343 milhões foram roubados de carros e bases fortes em condições parecidas com as descritas acima apenas nos últimos dois anos. Desse total, R\$ 215 milhões foram levados em dez assaltos, feitos em seis estados, nas bases das empresas especializadas na armazenagem de dinheiro, verdadeiras “fortalezas”. Uma média de R\$ 21 milhões por roubo. Nesses casos, seis pessoas foram mortas. Os R\$ 128 milhões restantes foram subtraídos em 156 ataques a carros-fortes, quando os roubos são menores, média de R\$ 848 mil por ação.

Os valores envolvidos e o número de atos criminosos tendem a ser ainda maiores devido à morosidade das empresas em registrar a ocorrência, que chega até a dois meses. Os assaltos dessa natureza são um negócio de alta lucratividade e baixo risco, apontam especialistas. Essa demora e a sucessão de correções nas cifras roubadas intrigam profissionais das áreas de segurança pública e de combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro. Gigantes do setor, a Prosegur, a Protege, a Brinks, a Rodoban e a Servi-San se negaram a informar à reportagem a data em que comunicaram o quanto foi levado pelos criminosos em dez assaltos às suas bases fixas entre novembro de 2015 e de 2017.

Em quatro casos, de acordo com a polícia civil dos estados onde esses crimes ocorreram, a notificação sobre o roubo demorou de 10 a 61 dias. Também foram feitas diversas retificações sobre os valores levados. Um dos crimes mais recentes foi cometido em Araçatuba (SP), a 600 km a oeste da capital paulista. Os assaltantes mataram um policial militar e levaram o cofre da Protege em 16 de outubro. A empresa não revela o valor roubado nem mesmo para a Polícia Civil de São Paulo, que, até o início de novembro, aguardava a comunicação do crime depois de enviar um ofício sem resposta à firma de segurança. Uma demora de pelo menos 16 dias. Fontes policiais ouvidas pela reportagem revelam que o roubo foi de R\$ 8 milhões. A Protege, porém, não confirmou o valor.

Propina e fiscalização

Na Operação Ponto Final, uma das fases da Lava Jato contra o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral (PMDB), delatores disseram ao Ministério Público que dinheiro custodiado em duas empresas de guarda e transporte de valores eram usados para pagar propina ao peemedebista. Isso só aumentou a desconfiança de investigadores. Apesar da descoberta, a Associação Brasileira de

Transporte de Valores (ABTV) ressalta que “todo numerário transportado pelas empresas tem sempre na origem ou destino uma instituição financeira”.

Para o presidente da Fenapef, Luís Antônio Boudens, há algo estranho aí. “Os órgãos de fiscalização são surpreendidos quando essas empresas são assaltadas e são revelados os valores reais”, afirma o policial. Ele acredita que, por trás da demora na prestação de informações, a estratégia é evitar três problemas. “Uma coisa é se preservar da questão da seguradora, outra é não chamar a atenção para o valor roubado, tanto de autoridades de fiscalização quanto de outros grupos criminosos”, avalia.

Boi e boiada

O cientista político e especialista em segurança Guaracy Mingardi tem opinião semelhante. “Pode ser valor maior ali ou menor. Se falarem mais do que têm, vão receber mais seguro. Se falarem menos, vão dizer: ‘Não precisa perder a confiança em nós’. Eu não tenho certeza se eles declaram o valor correto”, observa. Para Guaracy, as empresas têm informações bem contabilizadas para saber quanto há nos cofres e descobrir quanto foi roubado. “Elas não demoram: é uma política delas para alguma coisa que não querem revelar. Pode ser dinheiro não declarado, não dá pra ter certeza”, pondera.

O auditor e consultor Alexandre Botelho, um dos fundadores do Instituto de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (IPLD), diz a demora é injustificável e pode esconder crimes de terceiros. “Em vários episódios nesses assaltos a grandes transportadoras, nunca é revelado o valor efetivamente subtraído e, por vezes, o cliente não vai lá reclamar. Por quê? Porque é valor não declarado, são recursos oriundos de corrupção, tráfico, jogo de bicho, isso não só em moeda nacional, mas estrangeira também.” Boudens desconfia até de guarda ilegal

de armas e drogas nas bases fortes. “Como não tem fiscalização, onde passa um boi, passa boiada”, afirma o presidente da Fenapef.

Bunker de Geddel

O presidente do Sindicato dos Analistas do Banco Central (Sinal), Jordan Pereira, diz que a circulação indevida de grandes quantidades de valores em espécie – como os R\$ 51 milhões apreendidos em um apartamento cedido ao ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB) em Salvador (BA) – está também relacionada à falta de fiscalização nas empresas de segurança.

“Transportadoras de valores que ‘dormem’ com uma grande quantidade de valores podem ‘emprestar’ esse dinheiro”, afirmou ao comentar a situação do aliado do presidente Michel Temer. Desde 2012, as empresas de guarda de valores passaram a prestar contas à PF e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que fez 125 relatórios a partir de 7 mil operações suspeitas. Sob anonimado, um juiz especializado em lavagem disse ser preciso apurar se as firmas segurança fazem operações de débito e crédito internamente, entre seus clientes, como indicam as apurações sobre Sérgio Cabral.

Procuradas durante vários dias em quatro ocasiões, as cinco empresas vítimas de roubos – Prosecur, Protege, Brinks, Rodoban e Servi-san – se negaram a prestar informações ou conceder entrevistas. A Associação Brasileira de Transporte de Valores (ABTV) só se manifestou em nota em que informa que o setor investiu R\$ 400 milhões nos últimos cinco anos. E alega que a demora na prestação de informações se deve ao estado em que as bases fortes ficam após as explosões, o que tornaria “operação complexa” a contagem do

dinheiro, “que exige dedicação por até semanas da empresa e das autoridades”. A associação disse ser “importante definir o valor com o máximo de celeridade para que asseguradorassejamacionadas, além de contribuir com as investigações”. A ABTV afirma que as unidades-fortes são fiscalizadas pela PF, que “realiza anualmente vistorias técnicas em todas as bases” e lembrou que faz comunicações ao Coaf.

Especializados

O presidente da Fenapef, Luís Boudens, afirma que existem quatro quadrilhas no Brasil com explosões e roubando milhões de reais de bases fortes de empresas de guarda e transporte de valores. O negócio lucrativo para a bandidagem usa técnicas do “novo cangaço” do Norte e Nordeste, quando uma cidade inteira é assaltada nos locais onde mais se circula dinheiro. Em 2017, parte das quadrilhas foi presa pela Polícia Civil de São Paulo. Um dos líderes foi detido depois do assalto em Uberaba (MG), segundo uma fonte. A ABTV culpa o tráfico de armas e explosivos pelo aumento dos crimes desde 2015.

Para Guaracy Mingardi, a lucratividade, o maior acesso a armamentos e o exaurimento do mercado de drogas são alguns dos incentivos para as explosões das bases. Para prevenir e combater essa modalidade criminosa, ele e Boudens defendem mais integração entre as polícias, controle maior de explosivos, melhora nos controles das empresas e até redução da quantidade de dinheiro guardado por elas.

Fonte: Congresso em Foco